

Dados quantitativos sob a perspectiva de *camgirls*-pesquisadoras: desafios para pensar a saúde mental de trabalhadoras sexuais plataformizadas

Quantitative data from the perspective of *camgirl*-researchers: challenges in thinking through the mental health of platform-based sex workers

Datos cuantitativos desde la perspectiva de *camgirls*-investigadoras: desafíos para pensar la salud mental de las trabajadoras sexuales plataformizadas

Carolina Carvalho Dias
Laura Leão Foine

<https://doi.org/10.20396/proa.v15i00.20312>

PROA

revista de antropologia e arte

dossiê

volume 15 | e025029

Dados quantitativos sob a perspectiva de *camgirls*-pesquisadoras: desafios para pensar a saúde mental de trabalhadoras sexuais plataformizadas

Carolina Carvalho Dias

 <https://orcid.org/0009-0006-0125-6448>

> clanicamming@gmail.com

Mestranda em Psicologia

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Laura Leão Foine

 <https://orcid.org/0009-0006-1905-5716>

> laura.foine@estudante.ufff.br

Mestranda em Ciências Sociais

Universidade Federal de Juiz de Fora

Introdução

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o contexto de saúde mental e as demandas que permeiam as experiências de *camgirls* brasileiras. A leitura que trazemos surge a partir de nossa experiência enquanto *camgirls*-pesquisadoras, e do nosso encontro ao duplo estigma que é, ao mesmo tempo, social e epistemológico (Dal’Orto, 2024): enquanto trabalhadoras sexuais, carregamos o estigma atrelado àqueles que fazem do sexo seu ofício. Enquanto pesquisadoras, rompemos com a construção celibatária da figura do pesquisador, que parece só produzir conhecimento legítimo a partir de um gênero científico dessexualizado, como se a produção de conhecimento científico só fosse possível quando apartada do corpo, do desejo, da subjetividade. Colhemos os frutos da desconfiança científica que provém de tal assunção. Permanecemos junto a Haraway (2009), Dal’Orto (2024), Clarindo (2020), Lopes (2016), e outras tantas que assumem sua posição corporificada e parcial como condição para pensar uma ciência outra, que não se pretende neutra, imparcial e tampouco universal. Ao ocupar o lugar de cientistas (que supostamente deveriam ser neutras) e putas (cujo conhecimento seria suspeito), não buscamos corrigir ou pacificar esse viés, ele é condição de nossa análise e nos obriga a desconfiar de conclusões fáceis. Esse lugar nos deu acesso singular às nuances desse campo, e foi condição para que os dados coletados e compartilhados aqui nos fossem confiados por nossas interlocutoras.

Ao assumir o lugar de *camgirls*-pesquisadoras, não pretendemos homogeneizar experiências nem falar em nome de todas as *camgirls*. Partimos, ao contrário, de uma perspectiva situada e comprometida, reconhecendo que produzimos conhecimento desde um lugar específico,

atravessado por disputas morais, simbólicas e políticas. Abordar o *webcamming* enquanto trabalho sexual mediado por plataformas acompanha a literatura brasileira, que demonstra como a plataformização reinscreve um setor historicamente informal em novas dinâmicas de controle, exploração e captura do desejo, ao mesmo tempo em que produz possibilidades relativas de autonomia, visibilidade e articulação coletiva (Melo, 2025). Nosso encontro enquanto pesquisadoras-*camgirls* se dá em uma bolha algorítmica das redes sociais, ultrapassando o isolamento típico da atividade de *camgirl*, caracterizada pelas longas jornadas performativas de atenção erótico-emocional dada aos nossos clientes, somada à lógica espacial da plataforma digital, do quarto particular e do “cenário” reservado à transmissão. Neste espaço privado, trabalho e intimidade se fundem, e o discurso neoliberal do empreendedorismo, base sustentadora do marketing das plataformas de transmissão, reforça a individualização do sofrimento de uma classe isolada e despolitizada.

Na literatura acadêmica brasileira, a temática do *webcamming* raramente era abordada (Caminhas, 2021). O cenário deste Estado da Arte parece estar passando por uma transformação. Observa-se um *boom* nas produções sobre o trabalho sexual digitalizado. A temática parece estar, aos poucos, ocupando espaços, principalmente dentro das escritas monográficas, como dissertações e teses. Esta visibilidade acompanha o crescimento destas profissões plataformizadas, especialmente no interior da indústria do sexo. Com a acentuação da precarização do trabalho na pandemia de covid-19 — marco histórico da década de 2020 —, associada à necessidade de reclusão social pelas quarentenas, a indústria do trabalho sexual digital/virtual alcançou a superfície do *mainstream*. Antes, as plataformas que operavam nos nichos da pornografia, agora aparecem nas propagandas de times de futebol, na sacrossanta tela cheia dos jogos de domingo (Moirá; Prada, 2024).

Essas transformações não emergem como ruptura com a prostituição ou produção pornográfica, mas como reconfiguração de um campo historicamente atravessado pela informalidade, pela precariedade e pela ausência de políticas públicas específicas (Caminhas, 2021; Magossi, 2024; Melo, 2025). Este regime sociotécnico transforma as relações de trabalho, sem, contudo, superar a informalidade, ao mesmo tempo em que institui novas normatividades, dispositivos de controle e modos de responsabilização individual. Melo (2025) propõe pensar o fenômeno a partir de um processo de (des)plataformização, onde ocorre a adesão às plataformas digitais, ao mesmo que ocorre a remoção, banimentos, diminuições de visibilidade e alcance (*shadowban*) de perfis e conteúdos de trabalhadoras sexuais, por parte de certas plataformas.

Nesse sentido, a ampliação da produção acadêmica sobre o *webcamming* no Brasil tem se dado, majoritariamente, a partir de esforços descritivos e analíticos voltados à compreensão dessas transformações estruturais: a plataformização do trabalho, os rearranjos jurídicos e morais, as estratégias de resistência construídas pelas próprias trabalhadoras. Trata-se de um campo em consolidação que privilegia a análise das condições materiais, políticas e simbólicas que organizam o *webcamming* enquanto atividade laboral, mas que ainda dedica pouca atenção aos efeitos subjetivos desses regimes de trabalho e às experiências psíquicas produ-

zidas na interface entre sexualidade, tecnologia e precarização. Observa-se, portanto, que o predomínio destes trabalhos está concentrado principalmente pelas perspectivas sócioantropológicas. No campo da psicologia e da saúde mental, há uma escassez de estudos que abordem diretamente o entrecruzamento entre *webcamming* e saúde mental. Aqui cabe destaque a uma das poucas produções encontradas neste contexto, o artigo de Mendes (2024), que trata especificamente da saúde mental de *camgirls*. Outras produções identificadas limitam-se a alguns poucos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), refletindo um cenário de significativa lacuna acadêmica na área, a partir da qual o presente trabalho emerge.

Este artigo concentra-se na modalidade do trabalho sexual digitalizado/virtualizado chamada de *webcamming*. O *webcamming* consiste em um atendimento performático erótico-sexual realizado por meio de uma videochamada possibilitada por uma webcam e/ou *smartphone*: “A rotina do *webcamming* é repleta de ocupações: passa por produzir vídeos, fotos, cenários e visuais; adquirir equipamentos para transmissão; utilizar brinquedos sexuais; dançar; saciar fetiches; atender sexualmente e/ou emocionalmente a seus clientes e/ou usuários de uma plataforma” (Foine, 2024:4). Tipicamente, a atividade do *webcamming* necessita de uma alta estrutura digital para se configurar. Assim, esta atividade profissional encontra-se sumariamente platformizada. No Brasil, há uma única plataforma especializada em *webcamming*, embora recentemente novas plataformas estejam debutando na indústria. Atualmente, a plataforma-monopólio do *webcamming* brasileiro divulgou internamente que há 85.000 perfis de webmodelos cadastrados. Informações fornecidas pela mesma empresa, em 2022, apontavam a existência de 20.000 cadastros de modelos, apenas. Na mesma divulgação dos novos números sobre profissionais cadastrados, a empresa celebra o investimento mensal milionário no marketing de tráfego da plataforma.

Essa configuração revela o caráter profundamente ambíguo do trabalho sexual digital no Brasil. Se, por um lado, o *camming* pode ser percebido como alternativa mais segura em relação a determinadas formas de violência presentes no trabalho presencial, por outro, introduz riscos específicos ligados à insegurança digital, à circulação não consensual de imagens, ao controle algorítmico e à instabilidade constante das regras impostas pelas plataformas. Como indicam Caminhas (2021) e Magossi (2024), trata-se de um campo marcado simultaneamente por promessas de autonomia e por formas renovadas de precarização, nas quais a gestão dos riscos, do sucesso e do fracasso é deslocada quase integralmente para as trabalhadoras.

Essas reflexões possibilitam problematizar as formas de organização coletiva em contextos nos quais as trabalhadoras, em sua maioria, desempenham suas atividades de maneira isolada e fragmentada, frequentemente sem reconhecimento ou identificação com uma identidade profissional compartilhada, uma vez que são interpelados por uma lógica individualizante ancorada no empreendedorismo de si (Melo, 2025).

Enquanto pesquisadoras e webmodelos, depois de muito tempo atribuindo à nossa individualidade o peso de um sucesso, fracasso ou adoecimento, encontramos tanto na coletividade do movimento de prostitutas, quanto nos poucos estudos sobre o *webcamming*, novas ex-

plicações para esses fenômenos psicossociais. Naturalmente, surgem também neste encontro perguntas que despertam nossas perspectivas dentro da academia e da pesquisa científica, assim como o ímpeto de construir comunidades e produzir resistências.

É deste contexto que parte a iniciativa de captar dados quantitativos referentes à saúde mental das profissionais de *webcamming*. Propomos neste trabalho apresentar alguns destes dados, associados à nossa perspectiva a respeito do tema. Embora o interesse deste trabalho se concentre no contexto brasileiro do *webcamming*, é importante destacar a relevância transnacional de se examinar a saúde mental da classe de trabalhadores do sexo em diversos contextos. O panorama internacional destaca os impactos dos processos de exclusão social na saúde mental de trabalhadoras sexuais, sendo o estigma, a violência e a discriminação os principais agravantes dos transtornos mentais, além de representarem barreiras significativas para o acesso a cuidados adequados (Beattie *et al.*, 2020; Reynish *et al.*, 2020). Uma revisão de literatura de Beattie *et al.* (2020), centrada em estudos quantitativos que abordassem a saúde mental de mulheres que trabalham com sexo em países de baixa e média renda, revelou índices elevados de depressão, ansiedade e ideação suicida nessa população, especialmente em comparação à população geral. Esses resultados encontram respaldo em pesquisas nacionais, que também evidenciam processos de adoecimento específicos entre as trabalhadoras sexuais (Vidal *et al.*, 2014; Mendes, 2024).

Apesar da variedade de métodos, locais de pesquisa e abordagens epistemológicas, o estigma do trabalho sexual surge como um elemento comum em todos os estudos analisados. Esse estigma, entretanto, é condicionado por dinâmicas territoriais que incluem fatores como cultura, políticas públicas e legislações que ora proíbem, ora reconhecem o trabalho sexual, além da organização coletiva das trabalhadoras.

Embora os estudos já evidenciem a gravidade dos problemas de saúde mental enfrentados por essas mulheres, a maioria das abordagens adota um viés médico, focando em “comportamentos de risco” (como o uso de substâncias psicoativas, o sexo desprotegido e a exposição à violência) sem explorar impactos psicológicos mais amplos do trabalho sexual. Na revisão de Beattie *et al.* (2020), que incluiu 56 estudos de 26 países, nenhum se concentrou em intervenções para a saúde mental; ao contrário, o foco recaiu em comportamentos associados, como o uso de drogas e a prevalência de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Esse enfoque limitado deixa uma lacuna importante na compreensão das estratégias de enfrentamento e dos significados que as trabalhadoras atribuem às suas vivências.

A discussão sobre a saúde mental de trabalhadoras sexuais, especialmente no contexto digital, exige uma abordagem crítica que vá além dos modelos biomédicos tradicionais. Foucault (2005; 2018), traz importantes contribuições para pensar na biopolítica e refletir como o poder moderno se exerce sobre os corpos e as vidas, através de instituições — como hospitais, escolas e prisões — e discursos que monitoram e regulam a saúde, educação, sexualidade e reprodução. Essas instituições não apenas controlam, mas também produzem saberes sobre a vida e a saúde, estabelecendo o que é considerado “normal”. No caso das trabalhadoras

sexuais, esse controle frequentemente se manifesta na forma de estigmatização e patologização de suas experiências, sobretudo no que diz respeito ao poder do discurso médico. Essas trabalhadoras são frequentemente enquadradas dentro de modelos que as classificam como desviantes ou vulneráveis, desconsiderando os complexos fatores sociais, políticos e econômicos que influenciam sua saúde. A crítica foucaultiana à apropriação biomédica permite questionar como a saúde dessas mulheres é historicamente regulada por discursos que reforçam normas de sexualidade e comportamento, perpetuando sua marginalização e objetalizando-as em intervenções medicamentosas, códigos CID e esterilizações compulsórias (Menezes, 2017), em vez de tratar as especificidades de suas condições.

Para avançar na compreensão desses processos, é essencial destituir o estatuto de neutralidade e universalidade atribuído à ciência. Donna Haraway (2009) critica a visão tradicional da ciência como prática objetiva, que busca universalizar o conhecimento e desconsidera as particularidades de grupos marginalizados. No caso das trabalhadoras sexuais, suas experiências e vivências, frequentemente ignoradas pela medicina tradicional, devem ser compreendidas como fontes legítimas de conhecimento. A saúde mental dessas mulheres não pode ser abordada exclusivamente a partir de categorias biomédicas universais, mas deve ser situada em suas condições de vida específicas, marcadas por interseccionalidades como gênero, raça, classe e pela própria natureza do trabalho sexual. Preciado (2023), ao enunciar que vivemos em uma era farmacopornográfica, argumenta que a sexualidade é sempre atravessada por tecnologias e relações de poder, e que o corpo é um território onde subjetividades são produzidas e controladas. No caso das trabalhadoras sexuais digitais, plataformas online de venda de conteúdo erótico conectam o comércio a uma performance mediada pelo corpo, onde a subjetividade é capturada e monetizada por meio da comercialização de uma intimidade. Chamadas publicitárias como “*monetize sua liberdade*” e “*faça dinheiro enquanto se diverte*” refletem essa dinâmica, que tensiona a aparente autonomia dessas mulheres — que podem escolher quando e como trabalhar — com novas formas de precarização e controle. Isso inclui o esgotamento emocional causado pela carga excessiva de trabalho, onde privado e comercial se encontram. Trabalhos como de Ramalho (2025) e Costa (2025) observam como questões de raça e gênero moldam as atividades exercidas no *webcamming*, evidenciando que o discurso neoliberal das plataformas apaga as desigualdades presentes no fazer profissional.

A retórica das empresas a estes fatores concentra-se no favorecimento de uma narrativa autoempreendedora. Em seus abusivos termos de serviço, considerados uma “aberração jurídica” por Magossi (2024), a plataforma-monopólio é enfática ao repudiar a prostituição. Pode-se entender esta cláusula como uma manobra de defesa quanto às acusações criminais relativas aos trânsitos da prostituição que permeiam os sites de *webcamming*. O Brasil possui um movimento articulado de prostitutas desde a década de 1980. Trabalhadores sexuais encontram-se reconhecidos como profissionais conforme as atividades configuradas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO 5198-05). É comum que profissionais que exerçam a atividade da prostituição de forma presencial também necessitem exercer suas atividades profissionais pelos meios digitais. Torna-se então uma estratégia de marketing interno dife-

reenciar suas “modelos” das “profissionais do sexo” descritas pela CBO a fim de proteger juridicamente a empresa, num país cuja legislação criminaliza o “tirar proveito da prostituição alheia” pelo artigo 230 do Código Penal Brasileiro.

É por meio das narrativas autoempreendedoras que o discurso das plataformas constrói a figura da “modelo”, aquela que “não é *garota de programa*”, “não faz presencial”, separando-as da já visada “puta”. Alimenta-se, assim, o estigma e a violência. As relações que profissionais do sexo estabelecem com seus corpos e com os corpos que atendem, mediadas por camadas tecnológicas, desafiam as normativas tradicionais das categorias saúde e trabalho, ao mesmo tempo que revelam novas formas de precariedade e vulnerabilidade. No prisma da psicologia, as novas formas digitais-virtuais de exercer o trabalho sexual são também novas formas de se adoecer, tornando-se então um ponto central na discussão sobre sua saúde mental e quais estratégias de enfrentamento entram em cena.

Construção do formulário

A criação do formulário, captador dos dados que apresentamos neste artigo, surgiu da inquietação híbrida da experiência pessoal conjunta entre a graduação e o *webcamming*. A partir da vivência profissional e de campo entre comunidades de webmodelos, mediadas pelos espaços digitais das redes sociais, percebemos nos relatos do dia a dia, nas reclamações cotidianas e no ritmo de trabalho, uma carência geral da categoria por maior zelo da saúde mental. Em busca de entender melhor essa demanda, surge a iniciativa de concentrar essas manifestações por meio de uma pesquisa.

O formato de coleta de dados via formulário foi escolhido por sua praticidade, ao considerar que webmodelos apresentam a característica essencial de seu exercício profissional por vias digitais-virtuais. Também o exercício comunitário, a comunicação entre profissionais, é realizada desta forma, em comunidades concentradas principalmente em grupos de *Whatsapp*.

A divulgação da pesquisa teve início em julho de 2023, nestas mesmas comunidades, assim como em outras redes sociais, convidando as pessoas à participação voluntária. Entendemos que há limitações na apuração e interpretação de dados coletados por meio formulários disponibilizados virtualmente, porém acreditamos no potencial de analisar as 127 respostas alcançadas, que continuam somando-se mais e mais numericamente enquanto escrevemos este trabalho. Para responder o formulário é necessário informar um e-mail, limitando-se a uma resposta por endereço de e-mail. Os e-mails não foram coletados nem registrados *a priori*, a fim de garantir a anonimidade, porém 79 respondentes deixaram voluntariamente um número de telefone e/ou e-mail de contato.

Os dados-base, referente à idade, raça, gênero, sexualidade, números de filhos e renda, não pretendem aqui traçar um “perfil” majoritário ou minoritário da “população” do *webcamming*. Assim como as respostas às questões dos formulários não serão tratadas como uma “amostra” estatística pura. No contexto deste trabalho, propomos então, primeiramente, a

descrição ordenada pela numerosidade dos dados-base suscitados. Posteriormente, apresentaremos aqui uma breve análise de um gráfico relativo às respostas de uma questão específica, sobre as demandas de saúde mental das profissionais. Consideramos esta questão em particular a que mais despertou reflexões acerca da atividade do *webcamming*.

Em conjunto de nossa perspectiva enquanto profissionais do sexo, somada aos nossos conhecimentos tanto das nossas áreas formais da produção de conhecimento, quanto da nossa vivência e familiaridades derivadas do nosso trabalho no *webcamming*, escolhemos esta questão por representar e evidenciar certas hipóteses. Hipóteses estas tanto suscitadas pela atividade da pesquisa acadêmica, quanto por nossas experiências vívidas, empíricas, emocionais, psicológicas, sociais e viscerais enquanto webmodelos plataformizadas.

Demandas de saúde mental e breve análise correlacional dos dados

Recebemos o total de 127 respostas ao formulário. À pergunta “Qual sua faixa etária?”, as respostas ordenam-se, da maior para menor, em 18-25 anos (55 respostas; 43,3%), 26-34 anos (55 respostas, 43,3%) e 35-44 anos (15 respostas, 11,8%). As opções 45-54 anos (0,8%) e 55 anos ou mais (0,8%) receberam uma resposta, cada.

À pergunta “Com qual raça você se identifica?”, resultou em autodeclarações como “branca” (67 respostas, 52,8%), “parda” (42 respostas, 33,1%), pessoas pretas (13 respostas, 10,2%), pessoas amarelas (4 respostas, 3,1%). 1 preferiram não informar uma resposta (0,8%) e nenhuma pessoa se declarou indígena (0%).

À pergunta “Como você se identifica em relação ao seu gênero?”, resultou em 113 (89,7%) declarando-se como mulher cisgênera. 11 pessoas declaram-se como não binárias (8,7%) e 2 como homens cis (1,6%). Nenhuma pessoa se declarou mulher trans (0%) ou como homem trans (0%).

À pergunta “Como você sente sua sexualidade?”, 56 declararam-se bissexuais (44,1%), 36 como heterossexuais (28,3%), 29 como pansexuais (22,8%), 3 pessoas como demissexuais (2,4%), 2 pessoas como lésbicas (1,6%) e 1 pessoa declarou-se assexual (0,8%).

Quanto à pergunta “Você tem filhos?”, 72,4% (92 respostas) declararam não terem nenhum filho, 25 (19,7%) declararam ter 1 filho, 8 (6,3%) declararam ter 2 filhos e 2 (1,6%) declararam ter 3 ou mais filhos.

Quanto à renda, 59 declararam receberem *o suficiente para pagar as contas* (46,5%), 33 declararam *viver confortavelmente com o que recebem atualmente* (26%), 28 pessoas declararam *estarem passando necessidade financeira* (22%) e 3 pessoas declararam *estar em extrema vulnerabilidade social e financeira* (2,4%). Esta questão estava aberta para que respondentes adicionassem novas opções. As questões adicionadas, nas palavras das pessoas respondentes, foram: “*Montanha Russa, as vezes sobrando, as vezes faltando*”, “*Bolsa família*”, “*Recebo o suficiente para pagar as contas e comprar uns mimos/pagar um barzinho com os amigos e etc. Mas considero que para estar confortável eu precisaria ter pelo menos uma reserva de emergência e um dinheiro reservado para poder tirar férias*” e “*Ganhando médio, preciso me organizar para ter alguns confortos, antes eu lucrava bem mais*”.

O gráfico abaixo representa as demandas de saúde mental de profissionais do *webcamming*, separadas por categorias. A questão enuncia-se como “Suas demandas de saúde mental estão relacionadas a:”, ofertando 15 opções que podem ser multisselecionadas, dando assim opção de respondentes marcarem uma ou múltiplas respostas.

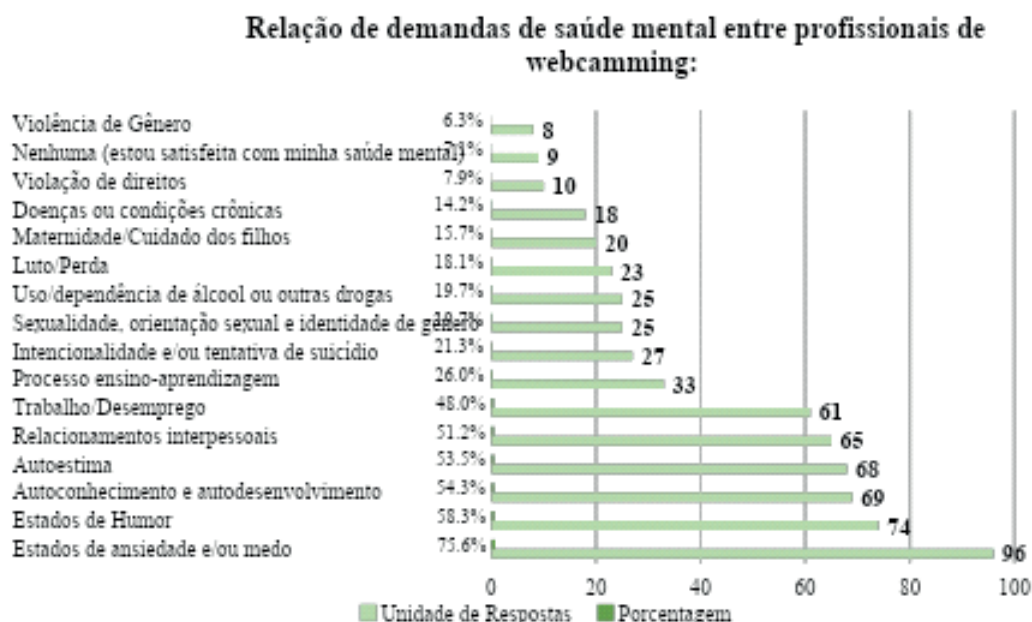


Figura 1 – Gráfico relativo às demandas de saúde mental de profissionais do *webcamming*.

Fonte: Autoria própria.

Observa-se, então, que “Estados de ansiedade e/ou medo” lidera a frequência de respostas, seguida de “Estados de humor”, “Autoconhecimento e autodesenvolvimento”, “Autoestima”, “Relacionamentos interpessoais” e “Trabalho/Desemprego”: são estas as queixas mais frequentes, alcançando uma média acima de 60 marcações.

Entre cerca de 30 a 20 respostas, encontram-se “Processo de ensino-aprendizagem”, “Intencionalidade e/ou tentativa de suicídio”, “Sexualidade, orientação sexual e identidade de gênero”, “Uso/dependência de álcool ou outras drogas”, “Luto/Perda”, “Maternidade/Cuidado dos filhos” e “Doenças ou condições crônicas”.

Por último, totalizando 10 ou menos respostas, encontram-se “Violação de direitos”, “Nenhuma (estou satisfeita com minha saúde mental)” e “Violência de gênero”.

Observa-se uma tendência marcante: problemas na esfera individual, como ansiedade, estados de humor, autoconhecimento e autoestima, aparecem com frequência expressiva nas respostas. Em contraste, questões de ordem estrutural, como violência de gênero e violação de direitos, foram menos frequentes. Interessante notar que a opção de satisfação com a saúde mental é tão escassamente escolhida quanto as de cunho estrutural. Essa discrepância sugere que as demandas de saúde mental dessas trabalhadoras são predominantemente interpreta-

das sob uma ótica individual, o que pode estar relacionado com o discurso empreendedorista e individualista sentenciado pelo desmonte neoliberal do trabalho e reforçado pelas próprias plataformas de *webcamming*.

Esse discurso neoliberal transforma as trabalhadoras em “sujeitos-empresa”, incentivando-as a internalizar a responsabilidade pelo próprio sucesso e fracasso. Esse viés faz com que questões de saúde mental sejam vistas como limitações pessoais, desconsiderando que muitos dos desafios enfrentados por essas mulheres decorrem de problemas estruturais, como o estigma e a precarização do trabalho sexual digital. Nesse sentido, as plataformas reforçam o isolamento das trabalhadoras e despolitizam o trabalho sexual, promovendo a figura da “modelo erótica empreendedora” em detrimento da “profissional do sexo”.

O resultado é uma classe de trabalhadoras que, embora carregue o estigma associado ao trabalho sexual, não se organiza como tal, o que limita sua capacidade de construir redes de apoio coletivo e de lutar por direitos. Essa narrativa, promovida pelas plataformas, distancia essas trabalhadoras da identidade de profissionais do sexo, afastando-as da possibilidade de mobilização política e coletiva, enquanto reforça a autossuficiência como um ideal, alinhado ao capitalismo neoliberal:

A narrativa utilizada pelas plataformas e reproduzida pelas *Camgirls/We*-*bmodelos* as afastam da autônoma profissional do sexo e as aproxima de uma “modelo erótica empreendedora”, criando uma métrica qualitativa onde há uma superioridade moral no *webcamming* sustentado pelos valores do capitalismo neoliberal, embora *a priori* ambos trabalhos não se difiram (ambas são pagas pelo seu tempo de companhia e realizam serviços erótico-sexuais, com a diferença de uma barreira virtual entre o cliente e a profissional) (Foine, 2022, p. 7).

Essa mesma lógica individualista intensifica os desafios de lidar com questões pessoais como a maternidade, que, embora vivida de forma individual, é profundamente atravessada por arranjos estruturais da sociedade, como o racismo e o machismo. De acordo com os dados-base, em que 35 responderam terem filhos e 20 marcaram a maternidade e cuidado dos filhos como demanda de saúde mental, podemos observar que uma proporção significativa das participantes enfrenta desafios relacionados à maternidade no contexto do trabalho digital. Essa dificuldade em conciliar o trabalho online com o cuidado infantil pode ser vista como um reflexo da precarização e da falta de suporte estruturado oferecido tanto pelas plataformas quanto pela sociedade. Esse dado sugere que a realidade da maternidade entre essas trabalhadoras é marcada por um acúmulo de responsabilidades. A dificuldade em obter apoio adequado ou conciliar trabalho e cuidado infantil pode estar associada também ao estigma, que limita o acesso a redes de suporte, como assistência familiar e até serviços de cuidado infantil. Além disso, o alto índice de problemas com o cuidado dos filhos reforça a necessidade de discutir políticas públicas de apoio a mães trabalhadoras em contextos precarizados, especialmente quando essas mulheres enfrentam dupla marginalização, como trabalhadoras sexuais e mães.

Nota-se também, nos dados-base, que sexualidades pertencentes à comunidade LGBTQIA+ totalizam em 91 respostas, atingindo 71,7%. Somam-se à estas 8,7% de autodeclarações de pessoas não-binárias, segunda maior categoria dos dados de identidade de gênero. Os movimentos de sexualidades disruptivas (LGBTQIA+) possuem uma longa história junto ao movimento de prostitutas, cujas articulações foram essenciais para a consolidação das políticas públicas de enfrentamento à crise do HIV/Aids na década de 1980 (Bonomi, 2019). Observa-se, por meio desta esmagadora maioria, o caráter disruptivo em relação à heteronorma da expressão de gênero e de sexualidade nos profissionais de *webcamming*. Esta maioria intriga o imaginário científico, levantando hipóteses, como a de que o trabalho sexual é também um campo válido da vivência sexual.

Conclusões

Entendemos por meio deste trabalho que há a necessidade de mais espaços que acolham a representação e a apresentação de dados sobre trabalho sexual e *webcamming*. Acima, há a necessidade urgente de fomento às pesquisas que destrinchem profundamente as relações entre o *webcamming*, a prostituição e o neoliberalismo, em diferentes áreas de conhecimento. Concluimos que o *webcamming* é um campo farto e fértil para a pesquisa acadêmica, e acreditamos que sua investigação elucida questões clássicas dos estudos sobre trabalho, gênero e sexualidade. Entendemos que é importante disputar os números que são produzidos a respeito de profissionais do sexo, principalmente porque os agentes que se ocupam da produção quantitativa sobre esta população estão sistematicamente ligados a entidades religiosas e abolicionistas, ou são empresas privadas que usam de suas métricas para refinar seus mecanismos de controle. Manteremos em aberto o formulário-fonte dos dados aqui apresentados, pois diariamente recebemos mais e mais respostas. Destacamos os interessantes desdobramentos sobre os resultados acerca das demandas de saúde mental das profissionais-colegas, que não identificaram como elementos primordiais a violência de gênero e a violação de direitos, mas sim entenderam que suas demandas estão relacionadas a aspectos individuais como estados de ansiedade, autoestima, autoconhecimento e autocuidado.

Para nós, parece que os desafios para refletir e incidir sobre a saúde mental dessas pessoas se iniciam nas próprias concepções que alicerçam as pesquisas e intervenções: quem as realizam, onde as realizam, e com quais finalidades. Em um cenário onde o corpo se torna objeto — seja para a venda de sua imagem ou para a intervenção médica —, as ciências humanas têm um relevante papel em questionar e tensionar os discursos de poder instituídos.

Entender esse campo a partir de sua multiplicidade se torna um relevante ponto de partida. Nesse estudo percorremos um caminho de explicitar não apenas o que se sabe sobre a temática, mas também e principalmente o que não se sabe. Reconhecer as disputas que marcam esse campo se torna fundamental para tecer quaisquer teorias que pretendam analisar a sexualidade humana e sua captura pelas instituições de poder.

Findamos aqui trazendo as palavras de Monique Prada, que, em sua obra *Putafeminista*, reflete sobre o lugar socialmente atribuído à puta: “uma sociedade que nos alimenta, mas não quer que sentemos à mesa” (Prada, 2018, p. 68). Que possamos, então, trazer à mesa as vozes e a complexidade das narrativas das putas, pesquisadoras-putas, poetisas-putas, professoras-putas, sociólogas-putas, psicólogas-putas, sujeitas-putas, para tecer práticas de cuidado alinhadas às suas experiências.

Contribuição de autoria: As autoras contribuíram de forma coletiva e indissociável para todas as etapas da pesquisa. Compreendemos o trabalho científico como um processo relacional, coletivo e não fragmentável.

Financiamento: Pesquisa realizada com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por meio de bolsa de mestrado.

Referências

BEATTIE, Tara; SMILENOVA, Boryana; KRISHNARATNE, Shari; MAZZUCA, April. Mental health problems among female sex workers in low- and middle-income countries: A systematic review and meta-analysis. *PLoS Medicine*, v. 17, n. 9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1003297>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CAMINHAS, Lorena Rúbia Pereira. *Webcamming* erótico comercial: nova face dos mercados do sexo nacionais. *Revista de Antropologia*, São Paulo, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.184482>. Acesso em: 26 out. 2024.

CLARINDO, Adriely. **Putas narrativas:** territórios da prostituição e putafeminismo. 2020. (139 f). Dissertação (Pós-Graduação em Psicologia Institucional), Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

DAL'ORTO, Carolina Coutinho. Entre o antropológico e o porno-erótico: notas etnográficas de uma antropóloga-camgirl sobre trabalho sexual plataformizado. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 30, n. 68, p. 1-36, e680406, 2024.

FOINE, Laura Leão. **Camgirls/webmodelos como modelos ou profissionais do sexo?** Contribuições acerca do debate classificatório brasileiro. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DA ABCIBER**, 2022. *Anais eletrônicos*. ABCIBER, 2022. ISSN 2175-2389. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/abciber/abciber15/paper/view/1857>. Acesso em: 7 jan. 2026.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. Tradução de Davi Arrigucci Jr. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: Vol. I - A Vontade de Saber**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2018.

GUERRA, Carolina Bonomi de Menezes. “**Mulher da Vida, É Preciso Falar**”: um estudo do movimento organizado de trabalhadoras sexuais. 2019. 191 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009.

LOPES, Natânia Pinheiro de Oliveira. Experimento em etnografia ou sobre o que nos diz Giovana: um estudo sobre a prostituição de luxo feminina no Rio de Janeiro. 2016. 150 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2016.

MAGOSSI, Priscila Gonçalves. Aberração jurídica do contrato de prestação de serviços do submundo da cibercultura. **Direito e Política**, v. 19, n. 2, 2024.

MELO, Cristiane Vilma de. Perspectivas a respeito de autonomia e (in)formalidade: o fenômeno da plataformização do trabalho sexual no Brasil. *In*: MARINS, Cristina Teixeira *et al.* **El trabajo en el capitalismo contemporáneo: tecnologías digitales y nuevas cotidianidades laborales**. Coordenação geral de María Lorena Capogrossi; Cristina Teixeira Marins; Hernán M. Palermo. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2025. p. 231-246

MENEZES, Valderiza Almeida. “Muito prazer”: a AIDS e o sujeito prostituta nas publicações da BEMFAM. *In*: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress**, 2017, Florianópolis. Anais eletrônicos. ISSN 2179-510X.

MENDES, Vinicius Soares Alves. Camming e relacionamento afetivo: existem diferenças na saúde mental entre *camgirls* solteiras e as que estão em relacionamento? *In*: SOARES, A. B.; MENDES, V. S. A. (Org.). **Relações Afetivas e Sexuais na Contemporaneidade**. Curitiba: CRV, 2024. p. 291-304.

MOIRA, Amara; PRADA, Monique. Alegando proteger crianças, parte da esquerda ataca trabalhadoras sexuais: debate sobre trabalho sexual segue refém do sensacionalismo e do pânico moral, igualando gente considerada progressista à escória do reacionarismo. **Ponte Jornalismo**. Out. 2024. Disponível em: <https://ponte.org/artigo-alegando-protetger-criancas-parte-da-esquerda-ataca-trabalhadoras-sexuais/>. Acesso em: 20 out. 2024.

PRADA, Monique. **Putafeminista**. São Paulo: Veneta, 2018. 108 p.

PRECIADO, Paul. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

REYNISH, Tamara; HOANG, Ha; BRIDGMAN, Heather; EASPAIG, Bróna Nic Giolla. Barriers and enablers to sex workers’ uptake of mental healthcare: A systematic literature review. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 17, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13178-019-00403-z>.

VIDAL, Carlos Eduardo Leal; AMARA, Bruna; FERREIRA, Daniel Pícoli; DIAS, Isabela Maria Franco; VILELA, Luana Azevedo; FRANCO, Luisa Rosa. Preditores de prováveis transtornos mentais comuns (TMC) em prostitutas utilizando o Self-Reporting Questionnaire. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 63, n. 3, p. 205-212, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0047-2085000000027>.

COSTA, Tiago Rodrigues da. **O lixo vai falar e numa boa**: por uma escuta de homens negros que trabalham com pornografia na internet. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10183/296789>. Acesso em: 29 nov. 2025.

RAMALHO, Núbia Sena dos Santos. *Camgirls: afetos, raça e classe*. 2025. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2025. Disponível em: <https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1507817>. Acesso em: 29 nov. 2025.

Submetido em: 31 jan. 2025.

Aprovado em: 18 dez. 2025.

Verificado por análise de similaridade do Turnitin.



“Dados quantitativos sob a perspectiva de *camgirls*-pesquisadoras: desafios para pensar a saúde mental de trabalhadoras sexuais plataformizadas”, de autoria de Carolina Carvalho Dias e Laura Leão Foine, está licenciado sob CC BY 4.0.

